

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL) – Comunicação de Líder:**

Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara. Inscrevo-me e uso esse período de liderança para tratar da audiência pública que ocorreu hoje, pela manhã, na Assembleia Legislativa, e que tratou da rede de acolhimento e da proteção às mulheres vítimas de violência. Foi bastante preocupante tanto o número de denúncias quanto, também, o número das medidas protetivas. Para as demandas, hoje, que chegam para a rede municipal de Porto Alegre, infelizmente, temos, apenas, três casas de acolhimento para as mulheres vítimas de violência: a Casa Lilás, a Mirabal e a Casa Viva Maria. A Casa Mirabal é fruto de um processo de resistência de mulheres que ocuparam um próprio municipal e que estão resistindo, para tentar, minimamente, regularizar essa situação. É uma demanda, é necessária e, inclusive, a ocupação Mirabal, a casa de acolhimento, é reconhecida pela rede por sua eficiência. A Casa Viva Maria, também, está passando por um processo de denúncia. Hoje, ela está alocada na Secretaria Municipal de Saúde e querem passá-la para a pasta da ex-vereadora, a colega Comandante Nádia, na Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes. Querem realocá-la, sendo que a questão da violência, todo o arcabouço teórico, do debate político que o movimento de mulheres traz é que a questão da violência contra as mulheres é uma questão de saúde pública. Então, sim, são necessários psicólogos, além de assistentes sociais e de outras equipes que, também, estão defasadas dentro da Casa Viva Maria. Nesse sentido, enquanto procuradora da mulher, aqui na Câmara de Vereadores, estou convocando, para amanhã, uma reunião, a partir das 16 horas, aqui na Casa, para estar recebendo as casas de acolhimento, o CRAM, o DEAM e, se for possível, a Secretária de Desenvolvimento Social e de Esportes, a nossa colega, a Comandante Nádia.

Gostaria de colocar, também, aqui, para finalizar, que está no ponto 6 da Ordem do Dia um projeto da suplente de vereador, Laura Sito, que institui o programa municipal de enfrentamento e prevenção à violência doméstica e familiar, sexual e de gênero contra a mulher nas escolas da rede municipal. É muito clichê quando a gente chega aqui com alguma proposta de política pública para tratar da questão da violência e ressalta muito a questão da educação, ninguém nasce machista, ninguém nasce opressor. A gente se

torna, e a educação não pode ser só em casa, porque é no espaço doméstico que boa parte dessas mulheres são violentadas. Então, sim, tem que ter um compromisso de parte do Estado, e por parte da escola que está fazendo esse tipo de discussão de informação, de crítica. E a gente tem um projeto muito pertinente da nossa companheira Laura Sito, do PT, que vai apresentar aqui, nas próximas semanas, para ser discutido e votado. E a gente pede a atenção das vereadoras e vereadores para essa pauta que está colocada. Não é somente no 8 de março que a gente tem que falar sobre as questões das mulheres da nossa cidade. O Rio Grande do Sul, tão machista, tão misógino. A demanda está colocada, porque só crescem os índices de violência. É compromisso nosso, das vereadoras e vereadores que aqui estão, de termos uma ação concreta em relação a isso. A Laura está propondo, é importante vocês estarem atentos a esse projeto de lei, riquíssimo, da nossa companheira. Obrigada.

(Texto sem revisão final.)